

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

COORDENAÇÃO-GERAL DO CINTEPOL

SISTEMA DE VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO

|  |
| --- |
| TERMO DE REFERENCIAAQUISIÇÃO DE VEICULO REBOCADOR PARA O SISVANT |

|  |
| --- |
| **1 - OBJETO** |

**1.1** O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição de 01 (um) Veículo Rebocador, do tipo *UTV*, para deslocamento/reboque da aeronave VANT- Heron I, a fim de atender às necessidades da Diretoria de Inteligência Policial, conforme especificações e características contidas abaixo.

**1.2** Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

**1.3** O bem deverá ter garantia mínima de 06 (seis) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

|  |
| --- |
| **2- JUSTIFICATIVA** |

**2.1** Aquisição de um Veículo Rebocador para equipar a base do SISVANT/DPF em São Miguel do Iguaçu/PR, o qual será utilizado pela equipe de manutenção do SISVANT nos deslocamentos da aeronave dos hangares às cabeceiras para decolagem, garantindo segurança aos técnicos de manutenção, uma vez que a aeronave se desloca com motor acionado e possibilitando transporte de ferramental e equipamentos de apoio solo.

**2.2** Por se tratar de aeronave específica que necessariamente deve ser rebocada até a cabeceira de decolagem e cujo garfo de reboque é acoplado ao trem de pouso (bequilha), o equipamento a ser utilizado deverá possuir aceleração contínua (**troca automática de marchas**) de modo a não produzir “trancos” durante os deslocamentos, o que poderia acarretar danos à estrutura do trem de pouso.

|  |
| --- |
| **3 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS** |

**3.1** O material a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e do Decreto nº 5.450/05.

|  |
| --- |
| **4 - AVALIAÇÃO DO CUSTO** |

**4.1** O custo estimado total da presente contratação é de R$ 83.430,95 (oitenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).

O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

|  |
| --- |
| 1. **- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO** |

**5.1** O equipamento, do tipo UTV, a ser adquirido deverá ser novo e conter as seguintes especificações:

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **ESPECIFICAÇÃO** |
| **01** | **Veículo Rebocador Tipo UTV 4x4:**  **Características Básicas do Veículo**:   * Motor movido a gasolina ou a diesel com potência máxima não inferior a 24 cv (ABNT), cilindrada mínima de 0,75 cm³; * Tanque de combustível para 30 litros, no mínimo; * Sistema eletrônico de injeção de combustível; * Sistema de arrefecimento a líquido; * Sistema automático de transmissão - CVT ou similar - com tração AWD/2WD sob demanda e bloqueio o diferencial traseiro; * Direção com assistência mecânica ou elétrica; * Rodas aro 12 com pneus dianteiros 25x10 e traseiros 25x11; * Deverá possuir pneu sobressalente (estepe) acoplado; * Freios de serviço hidráulicos a disco nas quatro rodas; * Possuir freio de estacionamento; * Suspensão dianteira e traseira, independentes, com braço duplo; * Farol dianteiro de no mínimo 50W e lanternas traseiras; * Estrutura de proteção contra capotamento (gaiola); * Cinto de segurança; * Distância do solo: entre 28 e 32 cm; * Teto em fibra com possibilidade de remoção; * Parabrisas em vidro com possibilidade de remoção; * Espelhos retrovisores; * Portas removíveis; * Ano igual ou superior ao da contratação; * Número de ocupantes: 3.   **Equipado ainda com:**   * Receptor de engate de reboque; * Compartimento traseiro (caçamba) para transporte de carga; * Guincho elétrico dianteiro; * Painel: indicadores de marcha, nível de combustível, velocidade, temperatura, distância percorrida (odômetro) total e parcial, horas de operação (horímetro), giros do motor (tacômetro); * Saída de energia (tomada) 12v DC (15A , no mínimo) para ligação de luz auxiliar de sinalização (equipamento obrigatório por normas aeroportuárias).   **Capacidade mínima de:**   * Reboque: 850 Kg;   + Especificada com base no peso da aeronave a ser rebocada, Heron I, de fabricação israelense. * Carga da caçamba: 450 Kg;   + Capacidade mínima necessária para o transporte com segurança de equipamentos e ferramentaria usados na manutenção e no abastecimento da aeronave. * Volume da caçamba: 360 litros com comprimento X largura mínimo de 0,9mx1,3m, respectivamente ;   + Volume mínimo necessário para o transporte com segurança de ferramentaria e equipamentos usados na manutenção e no abastecimento da aeronave, tais como “Raps System” (AxLXP - 0,55mX0,70mX0,50m) cabos e caixa de baterias auxiliares (AxLxP – 0,25mX0,50mX,035m). * Carga total: 600 Kg; * Guincho dianteiro: 1.500 Kg |

|  |
| --- |
| 1. **- HABILITAÇÃO NECESSÁRIA PARAA CONTRATAÇÃO** |

**6.1** A empresa contratada deverá estar com a sua inscrição válida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal, além de apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

|  |
| --- |
| 1. **- REQUISITOS GERAIS** |

**7.1** Os bens serão recebidos:

1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 dias do recebimento provisório.
   1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
   3. O veículo deverá ser entregue na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR em até 120 (CENTO E VINTE) dias após a publicação do contrato no Diário Oficial da União (DOU).
   4. Somente após o “atesto” da Nota Fiscal o Departamento de Polícia Federal realizará o pagamento do veículo.
   5. Para a operação do equipamento será exigido manual completo e prestação de assistência técnica em todo o território nacional, durante e após a garantia.
   6. No momento da entrega, a empresa deverá ministrar curso básico de operação para até 04 operadores indicados pelo DPF.

|  |
| --- |
| **8 - PROPOSTA** |

**8.1** A empresa Contratada deverá indicar na proposta o valor unitário do veículo, equipamentos e materiais a serem fornecidos, bem como fretes e garantias dos mesmos.

|  |
| --- |
| **9 - DAS OBRIGAÇÕES DA FUTURA CONTRATADA** |

* 1. Substituir veículo objeto deste Termo por outro novo se no período de trinta dias não atender a qualquer das especificações técnicas e condições constantes deste Termo de Referência.
  2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente.
  3. Até a entrega do Veículo Rebocador ao DPF, responsabilizar-se por todos os ônus referentes ao veículo ora adquirido, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, taxas e seguros.
  4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados, como também pelos encargos e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos mesmos e demais exigências legais para o exercício de suas atividades, inclusive com pessoal utilizado na execução dos serviços que não tenham vínculo empregatício com a contratada.
  5. Prestar manutenção preventiva e corretiva de acordo com manuais e normas técnicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o veículo em perfeitas condições de uso. Entende-se por manutenção corretiva aquela que visa remover defeitos de fabricação, compreendendo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.
  6. Realizar os serviços de assistência técnica, compreendendo reparos e substituição de peças, no prazo máximo de até 72 horas, contadas a partir da solicitação.
  7. Os serviços de assistência técnica poderão ser executados em qualquer lugar do território nacional.
  8. A execução da garantia e serviços técnicos por empresas terceirizadas não exime a contratada das responsabilidades assumidas perante o Departamento de Polícia Federal/DPF.
  9. O período da garantia do veículo deverá ser no mínimo de 06 (seis) meses, sem limite de quilometragem, contados a partir do seu recebimento definitivo.
  10. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado.
  11. É expressamente proibido dar publicidade acerca do veículo, materiais e equipamentos a serem fornecidos ao Departamento de Polícia Federal/DPF, salvo se houver prévia autorização do Contratante.
  12. Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato, desde que aceito pelo Contratante.
  13. Responsabilizar-se por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos e/ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
  14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
  15. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos.
  16. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
  17. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

|  |
| --- |
| **10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** |

* 1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
  2. Verificar, minuciosamente e no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
  3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
  4. Efetuar o pagamento do veículo efetivamente entreguenas condições e prazos pactuados.
  5. Notificar a(s) empresa(s)contratada(s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega do veículo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
  6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
  7. Designar um Servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
  8. Não permitir a execução do contrato em desacordo com o preestabelecido.
  9. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato.
  10. Prestar informações e esclarecimentos relativos aos serviços e entrega dos materiais quando solicitado pelos representantes ou funcionários da empresa Contratada.

|  |
| --- |
| **11 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO** |

* 1. A entrega do veículo ora contratado será acompanhado, fiscalizado e atestado pelo fiscal de Contrato indicado pelo Coordenador-Geral do CINTEPOL, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93.
  2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Coordenador-Geral do CINTEPOL, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
  3. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o equipamento entregue não estiver de acordo com a descrição apresentada.

|  |
| --- |
| 1. **- MEDIDAS ACAUTELADORAS** |

**12.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

|  |
| --- |
| 1. **- DAS PENALIDADES** |

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

* + 1. Apresentar documentação falsa;
    2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
    3. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
    4. Comportar-se de modo inidôneo;
    5. Cometer fraude fiscal;
    6. Fizer declaração falsa;
    7. Ensejar o retardamento da execução do certame.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

* 1. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
     1. Multa de até 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
     2. Multa de até 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de até 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
     3. Multa indenizatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;
     4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
  3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
  4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  5. As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
  6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
  7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

|  |
| --- |
| 1. **- DISPOSIÇÕES FINAIS** |

**14.1** O presente Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo com as disposições legais e normativas aplicáveis, devendo ser objeto de exame e, no caso de concordância, ser aprovado pela autoridade superior competente.

Brasília (DF), 18 de agosto de 2014.

|  |  |
| --- | --- |
|  | Aprovo: |
| Dimitri Bortoloto Cajazeira  Agente de Polícia Federal  Matrícula 6584 | Luiz Roberto Ungaretti de Godoy  Diretor de Inteligência Policial Substituto  CGCINTEPOL/DIP/DPF |